Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da TAP, SGPS, S.A.

Assunto: Encerramento do infantário TAP

Lisboa, 25 de Maio de 2023

Relativamente ao assunto em epígrafe, os seguintes pais, encarregados de educação e funcionários do Grupo TAP, com filhos a frequentarem, que já frequentaram ou que não tiveram oportunidade de frequentar o "infantário da TAP":

(...)

vêm expor o seguinte:

I

1. Como deverá ser do conhecimento de V. Exa., no dia 03MAR2023, a Exma. Senhora Diretora de Pessoas e Cultura do Grupo TAP enviou um email aos pais das crianças que no ano 2022/2023 frequentam o "infantário da TAP".
2. Através desse email foi comunicado que o "infantário" *«não poderá este manter-se aberto após o final de agosto de 2023.»*
3. Compulsado o teor desse email, é possível entrever que serviu de fundamento a essa decisão o facto de *«Uma inspeção, levada a cabo pela autoridade competente, definiu que sem obras profundas que conduzam ao licenciamento do infantário do Campus TAP».*
4. Ademais, ainda através desse email foi comunicado aos pais que a *«A decisão da TAP foi de não enveredar por este processo de licenciamento, o qual obrigaria ao encerramento do infantário do campus TAP, por um período nunca inferior a um ano, para a concretização das obras.»*
5. Antecipamos, desde já, referindo o seguinte: se a decisão de encerramento do infantário após agosto de 2023 assenta nos fundamentos acima expedidos, então essa decisão lavra em erro nos pressupostos de facto, com efeito:
6. O regime de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social, em que sejam exercidas atividades e serviços do âmbito da segurança social relativos a crianças, entre outras, geridos por entidades privadas, encontra-se estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de Março, na redação atual.
7. Assim, atento o disposto no artigo 2.º/1, desse diploma, o respetivo regime aplica-se aos estabelecimentos prestadores de serviços de apoio social estabelecidos em território nacional das seguintes entidades:
 - a) Sociedades ou empresários em nome individual;
 - b) Instituições particulares de solidariedade social ou instituições legalmente equiparadas;
 - c) Entidades privadas que desenvolvam atividades de apoio social.

1. Por outro lado, face ao disposto no artigo 8.º/2/f), *a contrario*, da Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, na atual redação, cujo teor se transcreve, «*Exercer a ação fiscalizadora das IPSS e de outras entidades privadas que exerçam atividades de apoio social*», será de concluir que o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), não detém entre as suas atribuições, a fiscalização de atividades de apoio social levadas a cabo por empresas públicas.
2. Ora, em 02/10/2020 ocorreu o reforço da participação acionista do Estado Português na TAP, SGPS, S.A., de 50% para 72,5% do capital social respetivo. Nesta decorrência, a TAP, SGPS, S.A., e as suas subsidiárias, nas quais detém influência dominante, através de uma participação maioritária, passaram a ser consideradas empresas públicas, sendo-lhes aplicável o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (RJSPE), previsto no Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro – *cfr. Relatório do Governo Societário de 2020, da TAP, SGPS, SA., pág. 15.*
3. Nestes termos, a continuidade das atividades desenvolvidas pelo “infantário TAP”, não carece da emissão de autorização de funcionamento obtida junto do ISS, I. P., a que alude o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de Março, na redação atual, porquanto mesmo que a empresa pública TAP, SGPS, S.A. até se pudesse enquadrar no conceito de sociedade (comercial), a que alude o artigo 2.º/1/al. a), desse diploma, o que não se concebe e apenas se admite por mera hipótese de raciocínio, a verdade é que tal implicaria que a exploração do infantário por parte da TAP, SGPS, S.A. pressupusesse a obtenção de lucro, face ao disposto no artigo 980.º do C.C., o que manifestamente não é o caso.
4. Ainda assim, face ao disposto no artigo 8.º/2/f), *a contrario*, da Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, na atual redação, ficaria sempre arredada qualquer possibilidade legal do ISS, I:P. intervir na atividade desenvolvida pelo “infantário TAP”.
5. Acresce ainda que face ao disposto no artigo 2.º/2, da Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto, as «*normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento de creches*», aí previstas, mesmo que a continuidade da atividade desenvolvida no “infantário TAP” estivesse dependesse de autorização de funcionamento, a verdade é que para a sua obtenção não seria necessário o cumprimento do disposto nos artigos 16.º a 22.º, a saber, que estabelecem as regras quanto:
 - a. À conceção do edifício;
 - b. ao acesso ao edifício;
 - c. às características dos materiais e acabamentos;
 - d. às condições ambientais; e
 - e. à exigência de determinadas áreas funcionais nas instalações;
6. Inclusive, de acordo com o artigo 22.º ex vi do artigo 2.º/2, ambos da referida portaria, o “infantário TAP” não está sujeito «*a licenciamento de acordo com a legislação em vigor, regulamentos camarários, demais legislação específica e condicionantes referentes à área geográfica e local de implantação*».

1. Aqui chegados, demonstrado o esvaziamento do fundamento que levou a Comissão executiva da TAP, SGPS, S.A. a decidir-se pelo encerramento do “infantário da TAP”, teremos de concluir que essa decisão, a manter-se, terá por detrás um outro fundamento.
2. Mas se assim for, a verdade insofismável é que a comunicação oficial trazida pelo email do dia 03MAR2023, a Exma. Senhora Diretora de Pessoas e Cultura do Grupo TAP encerra em si um fundo de inverdades.
3. Ora, os ora subscritores, trabalhadores do grupo TAP há vários anos, entendem ser merecedores que se lhes fale sempre a verdade por parte daqueles que têm a responsabilidade de retirar a empresa do poço, a vários níveis, em que atualmente se encontra; a não ser assim, a cultura de penumbra que se instalou nas relações entre os titulares de cargos dirigentes e os trabalhadores prevalecerá e, nestas circunstâncias, não se pode augurar um bom futuro para uma empresa.
4. Os ora subscritores não podem conceber que um assunto desta natureza possa ser decidido tendo como vetor de análise unicamente um quadro de “excel”.
5. Também não concebem que a questão da “necessidade de licenciamento”, a ter algum fundo de verdade, não tenha merecido a imprescindível análise, sob vários ângulos, desde o jurídico até ao social.
6. No que tange ao jurídico, bastaria a singeleza do acima expedido para se concluir que o “infantário da TAP” não carece de qualquer licença de funcionamento, atenta a atual natureza jurídica das empresas do grupo TAP.
7. Mas e o social? As PESSOAS?
8. Alguém com responsabilidade decisória pensou no rompimento do vínculo afetivo criado entre as crianças, as educadoras de infância e as auxiliares de educação? Dói-nos a alma todos os dias, sempre que vamos buscar os nossos filhos ao infantário e vemos os rostos daquelas pessoas, que dedicam o seu melhor lado, o do afeto, aos nossos filhos...é uma sensação de luto prematuro. Dói-nos a alma!
9. Exmo. Senhor Presidente, dispensamo-lo à leitura de um laudo comocional ou até do extenso rol de vantagens para a empresa que representa a manutenção do infantário no interior do “campus”; bem como no detalhar do correspondente benefício social que representa para os trabalhadores do grupo TAP e dos trabalhadores de outras empresas que concorrem para o sucesso da operação no Aeroporto Humberto Delgado.
10. Como pessoa inteligente e sensata que é, facilmente chegará à conclusão de que existirão múltiplas alternativas, mais inteligentes e sem anacronismos, todas elas melhores do que a atual solução de improvisado: o recurso ao infantário do LNEC; assim haja transparência no processo, e espírito colaborativo e criativo entre todos os envolvidos.
11. Os ora subscritores não têm a menor dúvida de que a atual estrutura de custos do “infantário TAP” poderá não ser sustentável, do ponto de vista financeiro e até moral, isto sem prejuízo de o Governo até anunciar “creches gratuitas”.
12. O que os move, o que pretendem, tão só, é ter a oportunidade de se sentarem em torno de uma mesa com V. Exa., para discutir este assunto com seriedade, mas para isso

acontecer, torna-se imprescindível que os dados relevantes para a tomada de decisão venham a ser partilhados.

13. Exmo. Senhor Presidente, nos últimos três anos, o grupo TAP tem sido inundado com decisões totalmente desprovidas de “bom senso” e que nos deveriam envergonhar a todos, “porque nunca desistimos de vestir a camisola”, mesmo com o orgulho ferido.
14. Que a decisão de encerramento do infantário não seja mais uma...
15. Os ora subscritores com “cabeça fria”, mas sabendo que o tempo nos foge como a água escorre pelas nossas mãos, plenos de boa vontade, mostram-se inteiramente disponíveis para se constituírem como uma “associação de pais” e assumirem temporariamente a concessão da exploração do atual infantário, observando-se estas premissas:
 - a. Redução do custo da operação para a empresa;
 - b. Manutenção dos atuais postos de trabalho;
 - c. Assunção plena do risco da operação;
 - d. Que esta concessão temporária venha a ser acompanhada de uma solução futura definitiva que garanta a existência de um infantário, no interior do *campus* ou nas suas imediações.
16. Exmo. Senhor Presidente, por maiores sucessos que possamos atingir, nada nos enriquece mais do que fazer o que é correto, no plano dos valores.

Requer-se a V. Exa. que se digne agendar uma reunião com os representantes dos ora subscritores, tão breve quanto lhe seja possível